



ACÓRDÃO Nº230/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11513/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Ayrton Romero da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7.753/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Ayrton Romero da Silva**, responsável à época do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri - FUNPREV, referente ao Exercício de 2020, nos termos do art. 22, III, “b” da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM, pelas Restrições nº 03; nº 09; nº 13; nº 18; nº 19; nº 20; nº 22; nº 23, nº 25; nº 30, da **Notificação nº 07/2021 –CI/ DICAMI (fls. 486-492);**

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Ayrton Romero da Silva**, responsável, à época, do FUNPREV, no valor de **R\$ 35.654,39 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)** e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na forma do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 c/c Art.



ACÓRDÃO Nº230/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

308, Inciso I, letra “a” da Resolução Nº 04/2.002-RI/TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** que a próxima Comissão de Inspeção verifique se existe colegiado ou instância de decisão em que seja garantia a participação dos segurados ativos e inativos – Conselhos de Administração e Conselho Fiscal (Art. 1º, VI, da Lei nº9.717/98; art. 5º, V, da Portaria MPS Nº 204/08 e art. 10, § 3º, da Portaria MOS nº402/08), por não constar o número da Carteira de Identidade e CPF do Regimento dos Servidores Ativos no Conselho Municipal de Previdência Social;
- 10.4. Determinar** que a próxima Comissão de Inspeção verifique se houve regularização das informações através da Política de Investimentos, e posterior informar a política de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social RPPS, ao Ministério da Previdência Social – MPS, cumprindo assim na íntegra o (art. 1º parágrafo único, art. 6º, IV e VI da Lei nº9.717/98, art. 5º, XVI, “g”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º da Portaria MPS nº 519/11);
- 10.5. Determinar** que a próxima Comissão de Inspeção constate se houve regularização e comprovação através dos demonstrativos das aplicações e investimentos dos Recursos - DAIR do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS ao Ministério da Previdência Social - MPS, conforme o art. 6º, IV, da Lei nº9.717/98, art. 5º, XVI, “d”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 22º da Portaria MPS nº 402/08;



ACÓRDÃO Nº230/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.6. Determinar que a próxima Comissão de Inspeção constate se houve regularização e comprovação dos recursos previdenciários foram aplicados no mercado financeiro de acordo com as determinações legais, conforme determina o art. 6º, IV e VI da Lei nº9.717/98, art. 25. Houve encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do RPPS ao MPS, conforme determina o art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98, art.43, § 2º, I, da L.R.F.; Portaria MPS nº 519/11; Resolução CMN, nº3.922/10, Anexo III – Planilha de Recursos Previdenciários Aplicados em Fundo de Investimentos;

10.7. Determinar que o órgão junto ao Poder Legislativo do Município de Manaquiri, a Câmara dos Vereadores, para agilize e aprecie a regulamentação da Lei das Alíquotas estipulada Atuarial, em conformidade com o que estabelece o art.22, da ON SPPS Nº 02/09; a fim de que a alíquota estipulada atuarial está sendo observada, conforme determina o art.22, da ON SPPS Nº 02/09;

10.8. Determinar que o órgão regularize a situação das compensações previdenciárias junto ao INSS, conforme o art. 4º da Lei nº 9.769/99, art. 1º do Decreto nº 3.112/99 e art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99;

10.9. Dar ciência ao **Sr. Ayrton Romero da Silva**, Diretor- Presidente, à época, do FUNPREV, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação ao Interessado caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.



ACÓRDÃO Nº230/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição